

O TRABALHO PÚBLICO DE SERVIDORES PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO

THE PUBLIC WORK OF PUBLIC SERVANTS IN EDUCATION

Valdelaine da Rosa Mendes - Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Atua na graduação e na Pós-Graduação. E-mail: valdelainemendes@outlook.com

Antonio Silveira Junior - Técnico em Química na Escola Técnica Federal de Pelotas pela ETFPel/CEFET-RS - atual IFSul (2000). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (2009). Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de arquitetura, patrimônio e sistemas urbanos, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas - PROGRAU - FAurb - UFPEL (2012). Doutorando em Educação no PPGedu — IFSul - Pelotas-RS. Professor efetivo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense — IFSul — Pelotas-RS. E-mail: antoniosilveirajunior@gmail.com

Débora Avendano Vasconcelos Sinoti - Licenciada em Educação Física (ESEF/UFPEL), Especialista em Educação Física e promoção da saúde (ESEF/UFPEL), Mestre em Educação (IFSul), Doutora em Educação (FAE/UFPEL), Professora da rede Municipal de Pelotas, Professora substituta (IFSul). E-mail: debsinoti@gmail.com

Fabiana Montiel - Doutora em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas. Docente do IFSul, atuando no Ensino Médio Integrado e no Programa de Pós-graduação em Educação. Líder do Utopia - Grupo de pesquisa, estudos, reflexões e diálogos sobre educação. E-mail: fabianamontiel@ifsul.edu.br

Isadora Silva Cabreira - Mestre em Educação (FAE/UFPEL), Graduada em Pedagogia - Licenciatura (Unipampa). E-mail: isadorasilvacabreira@gmail.com

RESUMO

O projeto unificado intitulado “O trabalho público de servidores públicos na educação” foi criado com o propósito de aprofundar estudos e compreensões sobre o papel e a relevância do servidor público nas instituições de ensino, dada a escassez de discussões e reflexões sobre o tema. Com o objetivo de relatar e dialogar sobre esse projeto, a elaboração deste ensaio seguiu os princípios da pesquisa documental e teve como fontes de análise os registros escritos e virtuais acumulados ao longo de pouco mais de dois anos de execução de ações de extensão e ensino. Foi possível concluir que o Projeto constituiu um espaço de formação para os participantes, produzindo alterações nas suas formas de interagir, dentro e fora das instituições por onde circulam. Entretanto, mais que uma ação de formação, é possível dizer que o projeto constituiu um compromisso político, na medida em que estruturou as suas ações sob o princípio do direito irrestrito ao acesso ao serviço público de qualidade pelo conjunto da população.

Palavras-chave: Educação; Serviço Público; Trabalho.

ABSTRACT

The unified project entitled “Public service of civil servants in education” was created with the aim of deepen studies and comprehension about the role and relevance of the civil servant on educational institutions. The lack of discussions and reflections about the theme was one of the main reasons that motivated the realization of such project. The elaboration of this essay followed the principles of documental research and had as source of analysis the visual and written records stored through, a little over, two years of such project execution. It has made possible to conclude that the project has constituted a formation space to attendees, producing changes on their ways of interact, inside or outside the institutions where they work. However, more than an action of formation, it is possible to say that such project constituted a political commitment, insofar as structured its actions under the principle of unrestricted right to access quality public service by the entirety of the population.

Keywords: Education; Public service; work.

INTRODUÇÃO

Os serviços públicos, prestados pelas diversas modalidades de agências estatais, sejam na esfera federal, estadual ou municipal, são alvos, nos nossos dias, de violentos ataques, promovidos pelos teóricos e partidários do neoliberalismo. Entrincheirados em governos, organizações políticas, veículos de comunicação de massa, representações empresariais, entre outras tantas ferramentas, buscam a promoção da ideologia do “necessário” afastamento do Estado para a garantia de ambiente saudável para o desenvolvimento da economia. Países da América Latina que, nem chegaram a adotar o modelo de regulação social-democrático, de alguns países centrais, que permitiu a adoção do conhecido estado de bem estar social, também são atingidos pela “(des) regulação neoliberal, privatizante e anti-social” (ANTUNES, 2000, p. 37). Um modelo de Estado que deveria ser responsável por garantir a oferta universal de serviços ao conjunto da população, entre eles a educação, assume a função da avaliação e da regulação e não se foca mais nos processos, mas nos resultados. (VILLALOBOS; QUARESMA, 2015)

Com a falsa argumentação da excessiva carga financeira que os serviços públicos causam aos orçamentos dos governos, esses grupos e organizações pregam a emergência de um processo de desregulamentação da economia, bem como do alívio nos custos estatais, prioritariamente localizada, nos discursos, nas folhas de pagamentos das remunerações dos seus servidores públicos. Esse argumento mascara o grave comprometimento das arrecadações tributárias com os pagamentos dos serviços da dívida pública (FATTORELLI, 2013), bem como o passivo histórico com grande fatia da população de um país que acumula, em toda a sua trajetória de “independência”, problemas decorrentes do agravamento do processo de desigual distribuição da riqueza interna.

O serviço público cumpre um papel fundamental, em qualquer nação, para assegurar que direitos, garantidos constitucionalmente, sejam materializados em políticas e ações. O servidor público, por sua vez, atende os interesses do conjunto da população e não de grupos, indivíduos ou frações da sociedade que almejam o atendimento de vontades particulares. Um tipo de serviço alicerçado em princípios antagônicos ao da livre concorrência do mercado, em que apenas alguns acumulam riqueza e são beneficiados. O empobrecimento de grande contingente da população gera a necessidade de apoio mais acirrado do Estado, por meio de políticas públicas, em especial em áreas como Saúde, Segurança, Moradia, Assistência Social e Educação.

De acordo com Darcy (2017), os serviços públicos são ações prestadas pelo Estado voltadas

para a satisfação das necessidades básicas e coletivas da sociedade. Não estão ou não deveriam estar, portanto, sujeitos à vontade dos grupos que se alternam nas gestões dos entes da federação. Também não são um presente daqueles que estão no bloco do poder, são resultado de conquistas das lutas da classe trabalhadora, estabelecidas historicamente, em complexas disputas de força com os grupos dominantes (FALEIROS, 2000).

A inerente desigualdade e concentração de renda, produzida pelas relações de exploração da sociedade capitalista, em que apenas uma parcela da humanidade usufrui da riqueza material e cultural, gera pressão sobre o Estado para o atendimento de demandas sociais. Na correlação de forças, uma das formas de contenção às ameaças ao projeto hegemônico do modo de produção de vigente é a concessão dos serviços públicos. Uma dimensão da ação do Estado para neutralizar e assegurar um maior controle de movimentos contestatórios. Para Faleiros (2000), isso se faz necessário para garantir a hegemonia dos grupos economicamente dominantes.

Entretanto, os serviços públicos passam por intensas modificações nas últimas décadas. De acordo com Antunes (2007, p. 17), “os serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência etc. também sofreram, como não poderia deixar de ser, significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da *mercadorização*” (grifo do autor).

[...] a terceirização é adotada por diferentes tipos de organizações, sejam privadas ou públicas, nas atividades-meio ou mesmo nas atividades-fim, de forma a aumentar a produtividade, diminuir os custos e, sobretudo, desobrigar quanto aos direitos trabalhistas, visto a empresa contratante tentar burlar a responsabilidade formal quanto aos contratados. (ARAUJO; PESSOA, 2023, p. 10)

A grande quantidade de terceirizados que prestam diversos tipos de serviço; as consultorias dentro das instituições públicas; as parcerias com organizações privadas para a produção de material, realização de formações, elaboração e aplicação de concursos, são exemplos da fragilização a que vem sendo submetidos os serviços públicos. E mesmo os servidores públicos são submetidos, diretamente, a formas de organização do trabalho que produzem a desarticulação de coletivos, a responsabilização individual (VILLALOBOS; QUARESMA, 2015) e a disputa por recursos. As premiações a que são submetidos trabalhadores em educação em redes de ensino no país, com a meritocracia da bonificação, e o Programa de Gestão e Desempenho do Governo Federal (BRASIL, 2022) ilustram essa assertiva.

Juntamente com todas as alterações na forma de organização do trabalho, nos anos 1990, no Brasil, houve uma acirrada precarização do serviço público com a ausência de investimentos e a redução de recursos humanos e materiais. No âmbito educacional federal, estadual e municipal a ausência de investimentos e as contratações temporárias fragilizaram o atendimento nas instituições de ensino. As greves e as mobilizações de servidores que resistiam aos ataques neoliberais eram desprezadas pela grande mídia. Subordinada aos interesses do capital, esse setor teve um papel central na veiculação de notícias contrárias aos movimentos dos trabalhadores e na responsabilização dos servidores públicos pelos problemas de acesso ou qualidade do atendimento. Ao mesmo tempo apresentava a alternativa da privatização dos serviços públicos como estratégia imprescindível para a garantia de direitos.

Essas alterações nas formas de organização do trabalho, ocorridas nas últimas décadas, produzem alterações na legislação trabalhista (DRUCK, 2013) que repercutem diretamente nas formas de atuação dos movimentos coletivos e sindicais.

De acordo com Montaño (2010) o Estado reduz sua participação direta na organização de um sistema de proteção social e transfere para o “Terceiro Setor”, no âmbito privado, a execução de políticas públicas.

[...] mudanças culturais, valorativas e institucionais levam o cidadão, a empresa, a ONG, a desconsiderar ou minimizar o papel do Estado como responsável pela resposta às sequelas da “questão social”, e a investir nas organizações e atividades do chamado “terceiro setor”. (MONTAÑO, 2010, p. 211)

O projeto unificado intitulado “O trabalho público de servidores públicos na educação”, cadastrado na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) foi criado com o propósito de aprofundar estudos e compreensões sobre o papel e a relevância do servidor público, tanto dentro quanto fora das instituições de ensino. O enfoque, contudo, foi dado ao tema da educação pelo contexto institucional em que atuam os participantes e pela necessidade de aprofundar entendimentos sobre os desafios do amplo atendimento nessa área de atuação do Estado. A escassez de discussões e reflexões sobre a especificidade do tema, sobretudo dentro das universidades e instituições de ensino, é uma das principais razões que motivou a realização das ações de extensão e ensino.

Aprofundar estudos faz-se necessário em um momento de intensos ataques ao serviço público no país e de divulgação de dados e informações, em especial na grande mídia, que nem sempre são condizentes com a realidade e com a importância do trabalho realizado por esses trabalhadores.

Os relatos e interpretações aqui apresentados são referentes ao primeiro período de execução do projeto (2020-2022). Parte-se do princípio de que é fundamental, para promover o adequado entendimento das razões que precarizam os serviços públicos, realizar, por meio de ações de ensino e extensão, estudos analíticos e discussões sobre a relevância do trabalho dos servidores públicos da área da educação, buscando a promoção de maior sintonia nos debates com a fatia da sociedade usuária destes serviços. Neste ensaio são apresentadas as ações do projeto e seus desdobramentos.

METODOLOGIA DO TRABALHO

Para a exposição aqui apresentada foi realizado um estudo documental. De acordo com Gil (2008), neste tipo de pesquisa são usadas fontes primárias, que serão tratadas analiticamente pelo pesquisador. A familiaridade com as fontes estudadas enriquece o trabalho de pesquisa.

Os documentos que serviram de fonte para esta construção foram os registros escritos dos participantes do projeto e os registros virtuais que foram produzidos a partir das ações coletivas durante o período de distanciamento social. Os registros virtuais estão disponíveis no Canal do Projeto no *You Tube*, que será detalhado na próxima seção deste texto.

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO UNIFICADO

No início do segundo semestre de 2020 docentes da UFPEL, de várias áreas do conhecimento (Ciências Sociais, Geografia, Agronomia, Educação Física, Pedagogia, Artes, Música, História, Serviço Social), iniciaram um diálogo informal sobre a relevância do serviço público e sobre a necessidade de aprofundamento de estudos sobre o tema. Naquele momento o número de vítimas de Covid-19¹ crescia no país e no mundo e os serviços públicos se apresentavam mais intensamente à sociedade como essenciais à vida. Um momento em que não se tinha previsão

¹Doença causada por vírus do tipo coronavírus que, ao infectar seres humanos, pode causar inúmeras doenças. A rápida disseminação do vírus pelo planeta exigiu a interrupção de atividades e o distanciamento social, principalmente, nos anos de 2020 e 2021, quando ainda não havia vacina em larga escala.

de retorno às atividades presenciais, dada a ausência de vacinas, e cresciam os encontros, os estudos e as atividades remotas, especialmente, na área educacional.

Essa adaptação nas formas de trabalhar e estudar, decorrente de situação tão adversa e grave, possibilitou a aproximação de pessoas de lugares e com funções diversas, mas próximas nos entendimentos de mundo, de sociedade e de educação. Como decorrência dessa aproximação foi criado um grupo, interinstitucional, não apenas no âmbito acadêmico, mas principalmente com a comunidade fora dos muros institucionais. Esse foi o estágio embrionário do projeto aqui analisado.

Para a formalização do projeto esse grupo passou a realizar contatos com estudantes e servidores públicos da área educacional, para verificar o interesse na participação. A receptividade à proposta foi positiva e na primeira reunião para dialogar sobre a proposta já se tinha em torno de 40 participantes. Esses contatos iniciais eram realizados por e-mail, *WhatsApp* ou telefone e as reuniões organizadas em plataformas como *Webconf*, *Google Meet*, *Jitsi*.

Assim, nos últimos meses de 2020 é cadastrado e formalizado o projeto intitulado “O Trabalho Público de Servidores Públicos na Educação”. O título do projeto foi discutido e avaliado pelo grupo que, mesmo ciente da inadequada repetição de palavras em um título, entendeu a estratégia como necessária, pois era preciso destacar o caráter público dos serviços realizados por servidores públicos na educação. A premissa que orientou essa escolha foi de que o servidor público presta contas aos usuários dos serviços que realiza, portanto, seu compromisso é com a sociedade e não com ocupantes de cargos eleitos.

A formalização ocorreu no Sistema de Projetos da Universidade Federal de Pelotas como uma ação unificada (ensino e extensão) e interinstitucional, pois contava com membros da Universidade Federal de Pelotas; do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense; do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha; do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Pelotas; da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Piratini; da Rede Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Rio Grande; da Universidade Federal do Pampa; da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal de São Paulo. Eram trabalhadores da educação e estudantes de graduação e pós-graduação os principais envolvidos com as ações.

Entre os principais propósitos do projeto no período analisado estavam: ampliar a discussão sobre o papel e a relevância do servidor público na educação; aprofundar entendimentos e argumentos sobre as características do trabalho realizado por esses servidores; fomentar o debate sobre o tema, tanto dentro quanto fora da universidade.

Logo na primeira reunião, após a formalização do projeto, ficou definido que os encontros do coletivo aconteceriam duas vezes por mês. Na segunda terça-feira de cada mês à noite aconteceria a ação de ensino e na quarta terça-feira de cada mês ocorreria a ação de extensão. A terça-feira à noite era o dia da semana em que a maior parte do grupo tinha disponibilidade para participar, sendo, portanto, o critério de escolha do dia da semana e do horário. Nos intervalos das ações eram estabelecidas tarefas (como leituras, busca de interlocutores, levantamento de materiais para estudo) e distribuídas responsabilidades entre os membros do grupo.

Para troca de materiais e socialização de informações foi criado um grupo no *Telegram*, assim como se utilizou a comunicação por e-mail no primeiro ano de realização das ações. Com o grupo no *Telegram* foi possível trocar ideias, ajustar participações nas ações, avaliar materiais e textos de divulgação das ações, enfim, uma forma de comunicação que manteve o grupo interligado permanentemente. Essa estratégia também servia de atualização para aquelas pessoas que não conseguiam participar de alguma atividade.

Para discutir as características do trabalho de servidores públicos na educação e a importância desse trabalho para a garantia dos Artigos 205-214 (Direito à Educação) da Constituição Federal (BRASIL, 1988) foram, ao longo do período aqui descrito, realizadas ações de ensino e extensão que tiveram como principal referência a produção científica acumulada sobre o tema Serviço Público e Educação, bem como, outros temas correlacionados.

Nas ações de ensino foram realizados estudos, leituras e reuniões de planejamento, organização, discussão e avaliação dos temas. Para as ações de extensão eram previamente definidos textos (geralmente sugeridos pelo expositor da próxima ação de extensão) que eram discutidos nas ações de ensino. Nessas atividades, o grupo se preparava para dialogar com os expositores nas ações abertas de extensão. Isso foi fundamental, dada a diversidade de formações e de áreas de atuação dos membros do grupo.

Nas ações de extensão foram, também, realizados estudos, leituras e discussões, porém abertos à comunidade interessada no tema. Uma vez por mês o grupo contava com a presença virtual de um convidado para realizar uma exposição e dialogar sobre tema previamente definido. A escolha dos convidados ocorria a partir da análise da trajetória de trabalho, de estudo e de defesa dos serviços públicos de cada um, ou seja, a busca era direcionada a pessoas com concepções de mundo alinhadas com as intenções do projeto.

Aos convidados era sempre explicada a natureza do projeto e seus propósitos. Para o arquivamento das ações e amplo acesso às atividades de extensão foi criado o Canal no YouTube “Trabalho Público na Educação Ação Extensão UFPEL” disponível no link: <https://www.youtube.com/channel/UC1lloM4lxafP_qil2u4rkXg>.

Nas ações de extensão as transmissões foram realizadas por meio da plataforma *Stream Yard* e carregadas para o canal do *YouTube*. A condução dessas ações sempre ocorreu por integrantes do grupo, que precisaram aprender a manusear as ferramentas virtuais, em especial, a plataforma *Stream Yard*. A apresentação e a mediação das exposições também ocorreram por integrantes do grupo. Neste caso, tomava-se o cuidado com o revezamento nessa função, de modo a propiciar a distribuição de responsabilidades e a oportunidade de diálogo direto com o expositor. Os questionamentos e os comentários eram realizados no chat do *YouTube* pelos participantes da atividade.

Para ampliar a participação nas ações de extensão, que eram abertas, o grupo recorria a diversas estratégias de divulgação, como *Facebook*, *Instagram*, grupos de *WhatsApp* e *Telegram*, notícias nas páginas de universidades e rádio. Não havia inscrição prévia, bastando aos interessados acessar o link de transmissão. As palestras ocorriam em blocos. No primeiro bloco os palestrantes dissertavam acerca das temáticas propostas, no segundo bloco, respondiam perguntas enviadas pelo público participante. Essas palestras tiveram uma duração média de duas horas. Nos quadros 1 e 2 é possível fazer uma apreciação mais detalhada dos encontros de extensão.

Quadro 1 - Transmissões de 2020 e 2021

Temática	Palestrante	Data da Transmissão
O trabalho público de servidores públicos na educação	Luis Henrique Schuch	08/12/2020
O trabalho de servidores públicos em tempos de pandemia	Amanda Moreira da Silva	23/03/2021
Desmonte do Estado, desmonte do serviço público	Maria Lucia Fattorelli	27/04/2021
A Dívida Pública do RS e a sua relação com a Dívida da União	Josué Martins	25/05/2021
Dívida Pública: origem e constituição	Nildo Ouriques	22/06/2021

O que a sociedade perde com o sistema da dívida pública?	Antônio Cruz	27/07/2021
Reflexos da dívida pública na Educação	Lauro Borges	24/08/2021
O que a sociedade perde para a PEC 32?	Eisler Rosa Cavada	28/09/2021
Reforma tributária: mudanças e impactos para a sociedade	Daniel Corrêa da Silva	26/10/2021
A devastação do trabalho: rumo à uberização do funcionário público?	Ricardo Antunes	24/11/2021

Fonte: Canal YouTube do Projeto de Extensão (2023)

Quadro 2 - Transmissões de 2022

Temática	Palestrante	Data da Transmissão
Trabalho, Educação e Lutas Sociais	Virginia Fontes	22/02/2022
Precarização do Trabalho: importância do serviço público	Giovanni Alves	22/03/2022
Escravidão no Brasil e no Mundo	Tiago Muniz Cavalcanti	24/05/2022
O trabalho dos servidores públicos da Educação na Bolívia	Jaqueline Villafuerte Bittencourt	28/06/2022
Estado e serviços públicos na Argentina	Luís Aguilar	13/09/2022
Estado e serviços públicos o Uruguai	Alfredo Falero	04/10/2022
Estado e serviços públicos no Chile	Fabian Cabaluz	08/11/2022

Fonte: Canal YouTube do Projeto de Extensão (2023)

RESULTADOS DO TRABALHO

Nesta seção serão apresentados os resultados de dois anos de execução do Projeto, desenvolvido em um período de pandemia e de isolamento social, circundado por um governo² pautado no conservadorismo e na exacerbação do projeto neoliberal, marcado pelo negacionismo ao conhecimento científico e pelo retrocesso nas pautas ambientais, sociais e culturais.

Nos primeiros meses de organização dos trabalhos o grupo definiu que a estratégia do projeto seria realizar, por meio de ações de ensino e extensão, estudos analíticos e discussões sobre a relevância do trabalho dos servidores públicos da área da educação, buscando a promoção de maior sintonia nos debates com a fatia da sociedade usuária destes serviços na construção de uma atividade formativa.

O grupo nutria também a percepção de um necessário embasamento sobre temas cruciais para uma compreensão mais aprimorada dos ataques aos serviços públicos no Brasil, neste momento particular do capitalismo. Tais ataques, ainda que mais acirrados nos quatro anos do Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), já vinham ocorrendo desde os anos 1990. Diante dessa premissa começa o diálogo para definir a forma de organização dos estudos e de definição dos temas. Coletivamente é então decidido que seria importante eleger grandes temas e evitar, a cada mês, mudar o foco de estudo, pois a continuidade de análises permitiria uma apropriação mais consistente dos conteúdos.

O trabalho realizado no período aqui analisado pode ser resumido em três blocos temáticos: Dívida Pública e Serviço Público; Serviço Público e Reformas Educacionais, Tributárias

² Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019- 2022).

e Previdenciárias; Serviço Público na América do Sul. Importante registrar que a definição da mudança, de um bloco para outro, era avaliada mensalmente pelo grupo, ocorrendo quando se tinha a percepção do esgotamento das análises e de que já havia um bom nível de assimilação dos conteúdos pelos participantes.

Para cada um desses blocos foram definidos subtemas para aprofundamento de estudos, entre os quais: O trabalho dos servidores públicos na Educação; O trabalho de servidores públicos em tempos de pandemia; Desmonte do Estado, desmonte do serviço público; A dívida pública do RS e sua relação com a dívida da União; Dívida Pública: origem e constituição; O que a sociedade perde com o sistema da dívida pública; Reflexos da dívida pública na Educação; O que a sociedade perde com a PEC 32?; Reforma tributária: mudanças e impactos para a sociedade; A devastação do trabalho: rumo à uberização do funcionário público?; Trabalho, educação e lutas sociais; Precarização do trabalho: importância do serviço público; Escravidão no Brasil e no mundo; O trabalho dos servidores públicos da Educação na Bolívia; Estado e Serviços públicos na Argentina; Estado e serviços públicos no Uruguai; Estado e serviços públicos no Chile.

A definição dos blocos e dos temas de cada ação era prescindida por levantamentos de materiais, estudos, diálogos e contatos com pesquisadores. Esse processo de busca de materiais e de interação com colegas, de diversas áreas e instituições, possibilitou a qualificação da formação dos integrantes do projeto. A confirmação de temas, nomes e materiais passava pela consulta ao grupo nos diferentes espaços de interlocução, seja no próprio encontro (virtual) da ação de ensino ou por troca de mensagens em redes sociais.

Como em qualquer coletivo, por diferentes razões, o nível de envolvimento dos integrantes não se deu com a mesma intensidade e com o mesmo tempo de dedicação. Uma característica deste projeto foi buscar a coletivização das decisões e o maior envolvimento possível dos participantes, com base na premissa do necessário compromisso político, de um grupo de servidores públicos e estudantes, para elaborar análises para além do seu ambiente de trabalho e estudo.

De 2020 a 2022, novos participantes ingressaram e outros saíram do projeto. Os principais argumentos para a interrupção na participação foram a falta de tempo, o acúmulo de demandas e atividades durante o período de distanciamento social e o adoecimento. As justificativas para o afastamento, geralmente, eram acompanhadas de reconhecimento pela relevância formativa do projeto e de lamentação pela impossibilidade da permanência. Esse retorno dos participantes foi positivo, pois as ações buscavam sempre ampliar as discussões e trazer o maior número de servidores públicos de diferentes instituições para estar e contribuir nas atividades, produzindo novos entendimentos e reflexões.

Foi possível construir um acervo de exposições e debates, disponível para consulta no canal do projeto, que pode, como já mencionado, ser permanentemente consultado. Ainda que esse acesso, após a realização das ações, não permita uma participação ativa do usuário, constitui uma fonte de consulta e estudo sobre temas relacionados ao trabalho de servidores públicos na educação. Em levantamento realizado em maio de 2023 o canal contava com uma expressiva visualização³. Evidentemente, é preciso muita cautela com esse quantitativo de visualizações, pois o acesso contabilizado no dispositivo não indica, necessariamente, a visualização na íntegra ou parcial do material disponível, nem mesmo o nível de apropriação do conteúdo exposto.

Um relevante resultado obtido com o projeto guarda relação com o retorno dado pelos expositores das ações de extensão ao recorrente questionamento sobre o que fazer diante de

³ Optamos por não expor o número de visualizações, pois há uma série de questionamentos sobre esse tipo de dado.

tantos ataques ao serviço público e aos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, cuja resposta era sempre muito parecida, ou seja: “isso que estão fazendo: discutindo, debatendo, se fortalecendo enquanto grupo”.

Por fim, cabe destacar como resultado do projeto, a qualificação da formação dos membros do grupo, relatada ao longo dos encontros. Em um coletivo integrado por pessoas com níveis diversos de apropriação das temáticas estudadas foi possível elevar o entendimento sobre temas complexos como, a exemplo do Sistema da Dívida Pública. No processo de avaliação contínua a percepção de que o aprimoramento alcançado com o projeto permitiu intervenções mais qualificadas nos espaços de atuação, interação e intervenção de cada um.

Não faltaram limites e dificuldades na execução das ações aqui analisadas. Planejar, organizar, executar e avaliar ações, sem qualquer contato físico, foi uma barreira que precisou ser permanentemente superada. As tecnologias de informação e comunicação permitiram a realização do projeto em um período de distanciamento social, mas são recursos que fragilizam o envolvimento e o vínculo com a atividade. Era comum ouvir relatos de participantes que tentavam participar da ação e, ao mesmo tempo, atendiam familiares ou faziam tarefas domésticas. Esse acúmulo de atividades e de demandas simultâneas gerou o afastamento ou o distanciamento de membros do projeto, em certos momentos. A dificuldade com as conexões de internet e com o uso das plataformas de transmissão e comunicação também constituíram fator de desmotivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teve como objetivo relatar as ações realizadas durante os dois primeiros anos de execução do projeto unificado intitulado “O trabalho público de servidores públicos na educação” para socializar o acúmulo de discussões e interações com a sociedade construídas nesse período. Uma ação unificada de ensino e de extensão que resultou em um espaço de formação para os participantes e que produziu alterações nas suas formas de interagir dentro e fora das instituições por onde circulam. Entretanto, mais que uma ação de formação é possível dizer que o projeto constituiu um compromisso político, na medida em que estrutura as suas ações sob o princípio do direito irrestrito ao acesso ao serviço público de qualidade pelo conjunto da população.

O projeto aqui apresentado deu alguns passos para fomentar o entendimento de que a garantia dos direitos, conquistados na Constituição Federal 1988, somente serão assegurados com a oferta de serviços públicos e que esses devem ser monitorados, controlados e avaliados pelos seus usuários. O título do projeto “O Trabalho Público de Servidores Públicos na Educação” tem uma duplicidade de palavras, justamente, para afirmar esse caráter público do trabalho desenvolvido por esses sujeitos que estão vinculados ao estado e não a governos.

O servidor público atende os interesses e as necessidades do usuário e não de chefes, patrões ou proprietários, como ocorre no setor privado. Não é o acúmulo de capital o que importa nesse tipo de serviço, mas a disponibilidade de recursos materiais e humanos, que garanta um atendimento adequado às demandas, necessidades ou emergências de uma determinada área ou setor.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (orgs). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-22.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: CLACSO, Consejo

Latinoamericano de Ciencias Sociales. **La ciudadanía negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho, 2000. p. 35-48. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf> Acesso em: 23 jul 2022.

ARAUJO, Dayse da Silva Rocha; PESSOA, Yldry Souza Ramos Queiroz. Trabalho, pandemia e serviço público: a precarização da classe trabalhadora brasileira. **Revista Valore**, v. 8, 2023, p. 1-30. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/1420/1134> Acesso em: 16 set 2023

BRASIL, BRASIL.[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Decreto nº 11.072, de 17 maio de 2022**. Dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11072.htm

DARCY, Norberto C. Los servicios públicos esenciales e La satisfacción de los derechos humanos. **Revista Éforos**. 2017.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.), **Riqueza e Miséria do Trabalho**, vol II. São Paulo: Boitempo, 2013. P. 55-73.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados**. Brasília: Inove, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11072.htm

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

VILLALOBOS, Cristóbal; QUARESMA, María Luísa. Sistema escolar chileno: características y consecuencias de um modelo orientado al mercado. **Convergência: Revista de Ciências Sociais**. n. 69, set-dez. 2015, p. 63-84. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-14352015000300063 Acesso em: 10 jun 2023

Data de recebimento: 11/10/23

Data de aceite para publicação: 09/11/23